

Fátima Vieira

Universidade do Porto

O espaço da utopia em A Tempestade, de William Shakespeare

Introdução

É comum, na crítica shakespeariana, a referência a *A Tempestade*, como “a peça utópica de William Shakespeare”, uma espécie de legado de esperança na regeneração do homem, pelo arrependimento e pelo perdão. Tal referência não tem contudo sido sustentada por uma argumentação sólida e informada daquilo que é a tradição de literatura utópica inglesa, isto é, tem sido feita à margem da crítica que, desde a década de 80 do século XX, tem vindo a definir ferramentas conceptuais indispensáveis ao estudo do fenómeno do utopismo. Por outras palavras, a referência a *A Tempestade* como uma obra utópica surge no âmbito da crítica shakespeareana, mas não tem sido objecto de exame da chamada área dos Estudos sobre a Utopia. É essa a perspectiva que me proponho desenvolver, neste estudo: avaliar o espaço da utopia no último texto dramático escrito por Shakespeare, tendo em conta definições de conceitos instrumentais para a compreensão do utopismo inglês.

Importará contudo, antes de mais, tentarmos compreender os motivos que levam a crítica shakespeareana a falar de utopismo em relação a *A Tempestade*. As razões são essencialmente duas: em primeiro lugar, o facto de a acção se desenrolar numa ilha, cenário por excelência da literatura utópica renascentista; em segundo lugar, o facto de uma das personagens, o velho e leal Gonçalo, imaginar como seria a vida na ilha se por ele fosse governada. O estudo do espaço da utopia em *A Tempestade* terá pois de ter em conta essas duas razões, mas não poderá deixar também de examinar uma questão basilar, a da definição do texto de Shakespeare, a nível formal: será *A Tempestade* um texto literário utópico ou será que, em vez disso, nele encontramos apenas marcas do pensamento utópico? A distinção entre literatura utópica e utopismo será pois essencial para a hipótese de trabalho que me proponho examinar.

O que é um texto literário utópico?

Em *Dictionary of Literary Utopias*, publicado em 2000 pela editora Champion (Paris), Vita Fortunati oferece-nos uma definição funcional de literatura utópica. Na sua perspectiva,

*de um ponto de vista estrutural, o texto utópico caracteriza-se por um enredo e uma forma estereotipados. O enredo consiste numa viagem, que pode ser sub-dividida em viagem de ida, estada e viagem de regresso; a descrição do lugar utópico é privilegiada em relação ao relato das viagens de ida e de regresso, e a parte central do texto é ocupada pela descrição-exposição dos princípios socio-políticos em que a sociedade utópica assenta. (...) O escritor de utopias não se preocupa com a representação de estados psicológicos de introspecção.*¹

A definição de Vita Fortunati não é nova: de facto, já na década de setenta Raymond Trousson, o autor de *Voyages aux Pays de Nulle Part*, havia definido o texto utópico em função da sua estrutura e enredo. Para Trousson, os textos utópicos descrevem comunidades ficcionais, organizadas segundo determinados princípios políticos, económicos e morais. Essas comunidades são apresentadas quer como ideais a serem realizados ou pesadelos a evitar, e são localizadas em lugares reais ou inventados, ou mesmo no futuro, alcançáveis após uma viagem imaginária, relatada de forma verosímil ou não.²

O que ressalta das definições de Fortunati e de Trousson é a forma como o texto utópico é definido como um sub-género literário, com particularidades efabulatórias e estruturais que seguem a traça determinada por Thomas More quando faz publicar *Utopia* em 1516. Este tipo de descrição é sem dúvida útil para quem, estudando a história da cristalização do fenómeno do utopismo num quadro narrativo, se interessa pela observação das suas variações em função da evolução do entendimento de conceitos cruciais (e historicamente datados) como são os de liberdade e igualdade, ou ainda da crença (ou descrença) nas capacidades de socialização do homem e na possibilidade da sua perfectibilização.³ A redução do fenómeno do utopismo a apenas uma das suas formas de manifestação poderá contudo ser limitativa e conduzir à consideração de um *corpus* utópico que, não admitindo variáveis à regra, assente no (falso) pressuposto da existência de um utopismo isomórfico. Por outro lado, a aceitação de um utopismo multiforme coloca alguns perigos, de que temos de estar conscientes. Na verdade, um conceito demasiado lato de utopismo poderá conduzir-nos ao estudo de textos (ou de outras manifestações, sejam elas de ordem artística, ideológica ou religiosa) que apenas muito remotamente com ele se articulam.

Mas como poderemos então saber se determinado texto é ou não um texto literário utópico sem sermos fundamentalistas (isto é, sem reduzirmos a utopia à sua concretização literária nos moldes moreanos) nem incorreremos numa definição demasiado inclusiva? Krishan Kumar apresenta como método funcional a tentativa de detecção, em textos literários, daquilo a que chama “modo utópico”, isto é, de formas de enunciação de uma ordem alternativa de organização social,⁴ incorporando a ideia da desentronização

¹ Vita Fortunati & Raymond Trousson (eds.) – *Dictionary of Literary Utopias*, Paris, Honoré Champion, 2000, p. 639 – tradução minha.

² Cf. Raymond Trousson – *Voyages aux Pays de Nulle Part: Histoire de la Pensée Utopique*, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1979, p. 28. Note-se que Trousson inclui, na sua descrição do texto utópico, a consideração das suas variantes: a ideia de distopia (pesadelo) e de eucronia (futuro de felicidade).

³ Eu própria investi nesse tipo de estudo para a redacção da minha dissertação de doutoramento, onde procurei demonstrar que, na tradição da literatura utópica inglesa (do século XVI aos finais do século XIX), a substituição da noção de um *espaço* ideal por um tempo modelar modificou o sub-género literário criado por Thomas More – Cf. Maria de Fátima Vieira – *Em Direcção ao Futuro: William Morris nos Limites da Tradição de Literatura Utopica Inglesa*, Dissertação de Doutoramento em Cultura Inglesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

⁴ Cf. Krishan Kumar – *Utopia & Anti-Utopia in Modern Times*, Oxford, Basil Blackwell, 1991, p. 26.

da ideologia descrita por Paul Ricoeur. Será este “modo utópico” detectável na última peça de Shakespeare?

Em *A Tempestade* encontramos o relato de uma viagem até uma ilha, a descrição da comunidade que aí vive e a delimitação dos parâmetros por que se regerá a viagem de regresso. A chegada à ilha dos novos habitantes pressupõe um naufrágio – artifício narrativo recorrente na literatura utópica – que Shakespeare explora de forma consistente com o “modo utópico” descrito por Kumar. De facto, o naufrágio evoca, a nível simbólico, o afundamento dos valores da sociedade real; a tempestade permite a ablução dos viajantes de uma vida regida por imagens falsas, sendo o processo de purificação completado pela acção do fogo que atinge a embarcação; e a ilha, a que é habitualmente associada a figura geométrica mais perfeita – o círculo, que não tem quaisquer arestas –, apresenta-se como um local de encontro com o Outro, privilegiado porque desconhecido e isolado do resto do mundo.

O que falta no entanto a *A Tempestade* para que o “modo utópico” seja observável, é a introdução da ideia de alternativa: a comunidade (de três habitantes: Próspero, Miranda e Calibã) que vive na ilha não se rege por valores diferentes dos da sociedade real. Mais do que a descoberta de formas alternativas – exequíveis ou não – de organização social, o que ressalta da peça shakespeariana é a vontade de exploração de percursos humanos de arrependimento e de regeneração moral. O único personagem da peça que empreende na reflexão sobre a possibilidade de instituição de uma ordem diferente é Gonçalo, um “honesto e velho Conselheiro” – assim é ele descrito no rol de personagens⁵ – que, num discurso entrecortado pelas tiradas satíricas de António e Sebastião, descreve uma comunidade imaginária que em muito excederia a perfeição da Idade do Ouro. Mas será essa comunidade evocada por Gonçalo informada pelo “modo utópico” descrito por Kumar? Da consideração atenta do discurso do Conselheiro dependerá a nossa aferição do espaço da utopia em *A Tempestade*.

O discurso de Gonçalo

A importância das implicações utópicas do discurso de Gonçalo para a hipótese de trabalho que me proponho desenvolver neste texto justifica a sua transcrição integral:

Gonçalo	Se me confiassem o plantio desta terra...
António	[<i>aparte para Sebastião</i>] Ele plantava urtigas!
Sebastião	[<i>aparte para António</i>] Ou azedas, ou malvas.
Gonçalo	E se eu fosse o rei dela, o que faria?
Sebastião	[<i>aparte para António</i>] Embebedar-se não podia, pois não há vinho.
Gonçalo	Na minha comunidade vigoraria a lei Dos contrários. Proibiria o comércio De toda a espécie e também a instrução. Nada de magistrados, riquezas, pobreza, Criados, contratos, heranças, fronteiras,

⁵ William Shakespeare – *A Tempestade*, introdução, tradução e notas por Fátima Vieira, Porto, Campo das Letras,

Limites de propriedade, lavoura, vinhas!
Nada de metais, cereais, vinho, azeite.
Nada de ocupações: todos ociosos, todos,
As mulheres também, mas inocentes e puras.
Nada de soberania –

Sebastião [parte para António] E, no entanto, ele queria ser o rei!
António [parte para Sebastião] Esta última parte da sua comunidade ignora o seu princípio.

Gonçalo Tudo em comum a natureza produziria
Sem suor nem empenho. Traições, crimes,
Espadas, lanças, facas, pistolas, armas
Enfim, não existiriam. A natureza
Providenciaria tudo em abundância
Para alimentar o meu inocente povo.

Sebastião [parte para António] E os súbditos dele, casariam ou não?
António [parte para Sebastião] Nem um só, homem! Seriam todos ociosos: meretrizes e rufiões.

Gonçalo Governaria com tal perfeição, meu senhor,
Melhor que na Idade do Ouro.⁶

No seu discurso, Gonçalo traça, em linhas gerais, o retrato da sua sociedade ideal. Contudo, um aspecto ressalta da sua descrição: ela não é feita pela positiva, através de um conjunto de frases assertivas, mas pela negativa. Na verdade, a comunidade que excederia em perfeição a Idade do Ouro assenta numa lógica de negação e de rejeição do real, a lógica “dos contrários”. Embora, frequentemente, na literatura utópica, a sociedade ficcionada seja apresentada como par antitético da sociedade real, sendo entre elas discernível uma relação de oposição, a dinâmica da utopia é positiva, repousando sobre uma vontade de construção (como dissemos, o “modo utópico” pressupõe a enunciação de alternativas). Para além disso, como explica J.C. Davis, a literatura utópica renascentista, influenciada pelo pensamento político da época e pela crença na determinação do Pecado Original, associa a sociedade ideal à ideia de ordem: o caos só pode ser evitado através da criação de leis e de um sistema claro de punições; a educação dos cidadãos para o respeito pelo interesse colectivo é crucial para a sobrevivência desta sociedade.⁷

Se o discurso utópico se caracteriza pela afirmação, pelo movimento (re)construtivo e o vector fundamental do discurso de Gonçalo é o da negação e da rejeição, o “modo utópico” não é nele detectável. Com efeito, encontramos, no discurso de Gonçalo, a aproximação a um outro tipo de idealização social, próximo da utopia mas que desta se distingue exactamente pela dinâmica que a informa: trata-se da Arcádia que, como lê no *Dictionary of Literary Utopias*, “não é construção mas negação e rejeição, não é um compromisso, mas uma solução de recurso, uma renúncia”.⁸

⁶ II, 2.157-181.

⁷ J.C. Davis – *Utopia and the Ideal Society. A Study of English Utopian Writing 1516-1700*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 36-8.

⁸ Vita Fortunati & Raymond Trousson (eds.) – *Dictionary of Literary Utopias*, p. 623 – tradução minha.

A identificação do discurso de Gonçalo com a dinâmica da Arcádia é importante não só para o entendimento da natureza do ideal do Conselheiro mas também pelas relações de intertextualidade que ele evidencia. Na verdade, como explica J. C. Davis, a versão renascentista mais conhecida da ideia de Arcádia é o ensaio de Montaigne “Des Cannibales”, onde o filósofo francês discorre sobre a “felicidade dos selvagens” que desconhecem as agruras do mundo civilizado.⁹ Ora a relação de filiação do discurso de Gonçalo no ensaio de Montaigne¹⁰ (na tradução de John Florio publicada em 1603) é por demais conhecida e estudada, evidenciando-se não só a nível da estruturação das ideias mas também a nível da escolha do próprio léxico.¹¹ Mas seria a Arcádia o ideal que Shakespeare, pela voz de Gonçalo, acarinhava no seio de uma Inglaterra que começava a dar mostras de uma vocação imperialista? Uma boa parte da crítica shakespeariana considera que a forma como o discurso de Gonçalo é constantemente entrecortado pelos comentários sarcásticos de Sebastião e de António não pode deixar de ser tida em conta. Nesta perspectiva, o objectivo de Shakespeare teria sido o de expor ao ridículo o ideal de primitivismo de Montaigne.

Contudo, algumas vozes discordantes, como a de Frank Kermode, apontam numa outra direcção, avançando uma perspectiva relevante para a hipótese de trabalho que me proponho examinar. Na opinião de Kermode, não podemos ignorar o facto de, em outros passos da peça, Shakespeare utilizar Calibã (que encarna o ideal montaigneano do homem primitivo) para evidenciar que a corrupção do mundo civilizado é bastante mais grave do que a bestialidade do mundo natural.¹² Esta interpretação de Kermode é, a meu ver, importante, na medida em que nos conduz à aproximação de *A Tempestade* do texto primevo da literatura utópica assinado por Thomas More. Na verdade, como tem vindo a ser salientado pela crítica moreana mais recente, em *Utopia* não encontramos a prescrição de uma fórmula de paz social mas a apresentação da ideia da necessidade de enunciação de alternativas ao real. Através da adopção de um conjunto de estratégias discursivas (de que se destaca o uso reiterado de neologismos),¹³ More conduz o leitor à contemplação das virtudes mas também das falhas do mundo ficcionado (isto é, da sociedade utopiana descrita no Livro II). Na minha perspectiva, é esse também o efeito produzido pelo discurso de Gonçalo: se, por um lado, a ideia do primitivismo como ideal é satirizada pelos comentários sarcásticos de António e de Sebastião, por outro lado a personagem Calibã fornece-lhe suporte, assumindo estatuto de exemplaridade. Não poderá contudo deixar de ser notado que, em outros passos da peça, as insuficiências desse mesmo primitivismo de Calibã se tornam evidentes. À semelhança de *Utopia*, *A Tempestade* requer pois, por parte do leitor/espectador, uma atitude de consideração atenta das várias partes que constituem o fio argumentativo dos textos.

⁹ J.C. Davis – *Utopia and the Ideal Society*, p. 23.

¹⁰ Segundo Frank Kermode existe no British Museum um exemplar desta tradução de John Florio, onde consta uma assinatura (validada por peritos como genuína) de Shakespeare. Cf. *Frank Kermode – The Tempest*, Col. The Arden Shakespeare, London, Methuen, 1975, p. 145.

¹¹ Como optei por apresentar o texto de Shakespeare em tradução portuguesa, não me parece caber aqui a citação da tradução do ensaio de Montaigne assinada por John Florio. Não quero contudo deixar de fazer notar que as semelhanças entre os textos são tão óbvias que o público coevo do poeta de Stratford não poderia ter deixado de as notar.

¹² Frank Kermode – *The Tempest*, p. 145.

¹³ Cf. Maria de Fátima Vieira – “Os Jogos de Significado e o Significado dos Jogos em *Utopia*, de Sir Thomas More”, *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. II Série / XIII.

Um espaço de intertextualidade

Como tenho procurado evidenciar, *A Tempestade* não é um texto utópico na medida em que nele não é detectável o “modo utópico” descrito por Kumar; e o discurso de Gonçalo, que a crítica shakespeariana tem inscrito no domínio da utopia, assume as características do ideal arcádico. Contudo, a utopia não deixa de estar presente em *A Tempestade*, mas essa é uma presença que se define por relações de intertextualidade. Vimos já como, no que respeita ao ideal primitivista enunciado por Gonçalo, é construída uma teia de significados e de estratégias discursivas que fazem aproximar o drama shakespeariano da obra de More. Existe ainda um outro factor que, na minha perspectiva, fundamenta de forma sólida esta relação de intertextualidade. Refiro-me ao facto de, no seu discurso, Gonçalo exprimir o desejo paradoxal de ser rei numa comunidade de iguais. O absurdo da situação, denunciado por Sebastião – “E, no entanto, ele queria ser o rei!” – remete directamente para o texto de Thomas More, nomeadamente para a tradução para a língua inglesa assinada em 1551 por Ralph Robinson. Refiro-me concretamente ao facto de Robinson ter conferido a Utopus, o fundador da nação utopiana, um título de rei, quando no original em latim a palavra que encontramos, *principem*, significa “principal” ou “primeiro oficial” e não “príncipe”.¹⁴ É este um aspecto relevante de *A Tempestade* que, para minha surpresa, tem passado despercebido à crítica shakespeareana. Na minha opinião, aquilo que encontramos no discurso de Gonçalo é uma paródia ao texto de Thomas More, sendo a situação facilmente compreendida pelo público shakespeariano mais culto, que falava o latim.

A utopia existe pois em *A Tempestade* como referência primeira para as sociedades ideais: é evocada na trama da narrativa, com a cena do naufrágio e a apresentação de uma ilha paradisíaca; surge ainda, na fala de Gonçalo que acima tivemos em consideração, como referência para uma lógica discursiva, por um lado, e assume-se como objecto de sátira, por outro. Não sendo *A Tempestade* um texto literário utópico, a presença da utopia é contudo evidente, não no espaço do texto, mas no espaço de referências que ele evoca: um espaço de intertextualidade.

¹⁴ Como explica Richard Marius, Ralph Robinson incorreu, na sua tradução, numa série de erros. O mais grave consistiu, sem dúvida, na conversão da sólida república utopiana numa monarquia. Robinson traduziu a palavra “*principem*”, que significa “primeiro oficial”, por “príncipe”, ignorando o frequente recurso de Thomas More, no texto em latim, à palavra “*rex*” para se referir a monarcas. Para além disso, Robinson adicionou o título de “rei” ao nome do fundador da nação utopiana (na tradução de Robinson ele é sempre descrito como “King Utopus”). Cf. Richard Marius – “Introduction”, *Thomas More: Utopia*, London: Everyman, 1985, pp. XI-XII.